

Demonstrações Financeiras

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

31 de dezembro de 2017
com Relatório dos Auditores Independentes



Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração do fluxo de caixa	12
Demonstração do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016	14



Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º e 3º andares - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
Fax: +55 19 3322-0559
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A.
Lins - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que indica que a continuidade das atividades operacionais da Companhia depende de aportes de capital próprio e/ou de terceiros, os quais estão sendo viabilizados pela Administração da Companhia, para cumprir as obrigações assumidas, principalmente aquelas divulgadas nas notas explicativas nº 10 e 26. Conforme apresentado na Nota 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional” determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade do ativo intangível

Conforme divulgado na nota explicativa 9, a Companhia possui ativo intangível, relacionado à concessão rodoviária (“ativo intangível de concessão”) no montante de R\$ 553.416 mil, que representa 91% do total do ativo da Companhia naquela data. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, a Companhia é requerida a avaliar ao menos anualmente se há indicativos de perda sobre o valor recuperável destes ativos. A Administração avaliou a recuperabilidade desses ativos por meio da elaboração de projeções de fluxo de caixa futuro do período de concessão.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos intangíveis é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas que poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o uso de especialistas em avaliação para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de fluxos de caixa futuros e o processo pelo qual elas são elaboradas e teste das principais premissas que lhes serviram de base, como curva de tráfego projetada até o final do prazo da concessão, tarifas de pedágio e o desempenho de economia brasileira.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ativo intangível, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.5 e 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Capitalização de gastos indevidos no ativo intangível de concessão

Os contratos de concessões rodoviários representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados na nota explicativa 9.

A mensuração do ativo intangível é afetada por elementos subjetivos, devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível e representam montantes significativos para as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Desta forma, identificamos a capitalização de despesas no ativo intangível como área significativa de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação dos critérios de capitalização de ativo intangível das concessões; (ii) testes sobre as adições ao ativo intangível de concessões em base amostral, incluindo análises com a área de engenharia; (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e às normas contábeis vigentes; e (iv) inspeção física, em base amostral, das obras realizadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios de capitalização de gastos ao ativo intangível adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.5 e 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

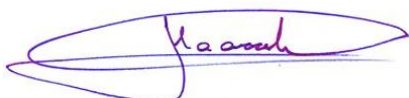
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 14 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6



José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC 1SP198698/O-4

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/017	31/12/2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.628	2.003
Aplicações financeiras	5	8.389	8.318
Contas a receber	6	16.910	5.459
Impostos a recuperar		1.215	1.382
Despesas antecipadas		493	270
Outros créditos		1.596	1.462
Total do ativo circulante		<u>31.231</u>	<u>18.894</u>
Não circulante			
Contas a receber	6	-	3.474
Tributos diferidos	13.a	14.026	20.161
Depósitos judiciais		2.084	1.930
Imobilizado	8	4.129	4.676
Intangível	9	553.416	539.992
Total do ativo não circulante		<u>573.655</u>	<u>570.233</u>
Total do ativo		<u>604.886</u>	<u>589.127</u>

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	35.216	113.379
Fornecedores	11	26.517	31.924
Impostos, taxas e contribuições		7.074	7.680
Obrigações sociais		2.303	5.163
Partes relacionadas	7	25.013	78.833
Dividendos a pagar		1.261	1.261
Obrigações infraestrutura a realizar	26.c	10.072	-
Outras contas a pagar		4.005	1.627
Total do passivo circulante		111.461	239.867
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	168.583	182.662
Impostos, taxas e contribuições		1.641	3.348
Provisão para manutenção	12	1.787	1.484
Partes relacionadas	7	-	17.106
Tributos diferidos	13.a	11.795	12.699
Provisão para demandas judiciais	14	1.436	915
Outras contas a pagar		9.998	9.862
Total do passivo não circulante		195.240	228.076
Patrimônio líquido	15		
Capital social		207.090	124.621
Adiantamento para futuro aumento de capital		108.923	8.929
Prejuízos acumulados		(17.828)	(12.366)
Total do patrimônio líquido		298.185	121.184
Total do passivo e patrimônio líquido		604.886	589.127

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto o Prejuízo por ação)

	Notas	2017	2016
Receita operacional líquida	16	131.134	134.696
Custos dos serviços prestados	17	(75.759)	(88.809)
Lucro bruto		55.375	45.887
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(23.568)	(17.734)
		31.807	28.153
Receita financeira		829	936
Despesa financeira		(41.035)	(55.286)
Resultado financeiro líquido	18	(40.206)	(54.350)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(8.399)	(26.197)
Imposto de renda e contribuição social correntes	13.b	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.b	2.937	8.845
		2.937	8.845
Prejuízo do exercício		(5.462)	(17.352)
Prejuízo básico e diluído por ação em reais - R\$	19	(0,01736)	(0,07474)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo do exercício	<u>(5.462)</u>	<u>(17.352)</u>
Total de resultado abrangente do exercício	<u>(5.462)</u>	<u>(17.352)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Reserva de Lucros</u>					Total
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2016	124.621	-	265	4.721	-	129.607
Adiantamento para futuro aumento de capital		8.929				8.929
Prejuízo do exercício					(17.352)	(17.352)
Absorção de prejuízos	-	-	(265)	(4.721)	4.986	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	124.621	8.929	-	-	(12.366)	121.184
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	113.754	-	-	-	113.754
Aumento de capital	82.469	(13.760)				68.709
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(5.462)	(5.462)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	207.090	108.923	-	-	(17.828)	298.185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(5.462)	(17.352)
Ajustes para conciliar o resultado às atividades operacionais		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4.406	-
Amortização e depreciação	21.374	18.631
Provisão para manutenção	303	(8.888)
Provisão para demandas judiciais	1.314	(171)
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos	41.060	48.936
Ganhos com perdão de multa e juros pela adesão do PERT/PRT	(732)	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado	430	194
Rendimento aplicação financeira	(647)	(855)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.937)	(8.845)
Redução (aumento) no ativo:		
Contas a receber	(12.382)	(896)
Despesas antecipadas	(223)	(136)
Impostos a recuperar	167	(183)
Outros créditos	(134)	(165)
Depósitos judiciais	(155)	1.207
Aumento (redução) no passivo:		
Fornecedores	(5.407)	(4.375)
Impostos, taxas e contribuições	4.903	5.470
Obrigações sociais	(2.860)	3.847
Partes relacionadas	(4.484)	6.528
Outras contas a pagar	2.612	1.063
Demandas Judiciais (pagamentos)	(793)	-
Amortização de juros e encargos de empréstimos, financiamentos	(27.443)	(28.605)
Caixa gerado nas atividades operacionais	12.910	15.405
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(4.498)	(3.977)
Resgate de aplicações financeiras	5.072	3.440
Aquisição de imobilizado	(642)	(1.411)
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado		84
Adição ao intangível	(24.064)	(46.567)
Caixa usado nas atividades de investimentos	(24.132)	(48.431)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	-	100.029
Captações de mútuo com partes relacionadas	-	26.312
Amortização de empréstimos, financiamentos	(101.907)	(88.824)
Amortização de mútuo com partes relacionadas		(14.013)
Adiantamento para futuro aumento de capital	113.754	8.929
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	11.847	32.433
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	625	(593)
Saldo inicial de caixa e equivalente	2.003	2.596
Saldo final de caixa e equivalente	2.628	2.003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	2017	2016
Receitas	142.712	143.711
Arrecadação de pedágios	111.924	103.408
Receitas de construção - ativos da concessão	16.738	37.816
Outras receitas	14.050	2.487
Insumos adquiridos de terceiros	(56.123)	(67.492)
Custos serviços prestados	(19.619)	(20.606)
Custo de construção - ativos da concessão	(16.738)	(37.816)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(19.766)	(9.070)
Valor adicionado bruto	86.589	76.219
Retenções	(21.266)	(18.631)
Depreciação e amortização	(21.266)	(18.631)
Valor adicionado líquido	65.323	57.588
Valor recebido em transferência	829	936
Receitas financeiras	829	936
Valor adicionado total a distribuir	66.152	58.524
Distribuição já ido valor adicionado	(66.152)	(58.524)
A - Pessoal e encargos	20.641	19.000
Remuneração direta	13.135	11.668
Benefícios	4.588	4.105
FGTS	672	905
Outros	2.246	2.302
B - Impostos, taxas e contribuições	12.662	4.547
Federais	6.503	(509)
Estaduais	70	45
Municipais	6.089	5.011
C - Remuneração de capitais de terceiros	38.311	52.328
Juros	34.124	48.270
Aluguéis	468	435
Outras	3.719	3.623
D - Remunerações de capital próprio	(5.462)	(17.352)
Prejuízo	(5.462)	(17.352)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transbrasiliiana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Transbrasiliiana - Concessionária de Rodovia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20 de julho de 2007, com sede localizada na Rodovia Transbrasiliiana (BR-153) KM 183 + 800 metros, Município de Lins - Estado de São Paulo e controlada indiretamente pela TPI - Triunfo Participações e Investimentos S/A. (“TPI” ou “Controladora”), controladora da BRVias Holding TBR S.A.

O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos, até 14 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 12 de dezembro de 2007, por meio da Resolução nº 2.479 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), homologou o resultado do Leilão de Concessão do Lote 1 à Rodovia BR-153/SP. Em 13 de fevereiro de 2008, por meio da Resolução nº 2537 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), emitiu o Ato de Outorga em favor da Transbrasiliiana Concessionária de Rodovia S.A. e autorizou a assinatura do Contrato de Concessão.

Dessa forma, a Companhia se comprometeu a realizar um programa de investimentos durante os 25 anos de concessão em contrapartida da cobrança de pedágio.

Conforme resolução nº 4.973 emitida pela ANTT, de 16 de dezembro de 2015, a ANTT aprovou o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio de R\$ 4,30 para R\$ 7,40, sujeito à: (i) submissão do projeto executivo para obras de duplicação, com respectiva análise e não-objeção da ANTT; (ii) realização da audiência pública pela ANTT; (iii) deliberação da Diretoria Colegiada da ANTT; e (iv) comunicação prévia ao Ministério dos Transportes e ao Ministério da Fazenda à entrada em vigência da Nova Tarifa Básica. O processo foi para processo de audiência pública em abril de 2016, tendo como finalidade a inclusão de novos investimentos no Programa de Exploração Rodoviária (PER), para obras de duplicação do trecho da rodovia BR-153/SP entre o km 0 e o km 51,7 (Lote 1) e entre o km 162 e o km 195,2 (Lote 3).

Ocorre que, em dezembro de 2016, embora atendidas todas as condições legais e contratuais para inclusão de novos investimentos, a Companhia e a ANTT foram intimadas a se manifestar em face do pedido cautelar formulado pela equipe da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária – SeinfraRodovia que, por meio de representação proposta junto ao TCU (Tribunal de Contas da União), pediu a suspensão cautelar da inclusão destas novas obras. A Concessionária já apresentou todos os esclarecimentos necessários e suficientes ao TCU, sendo que a ANTT, através do ofício nº 043/2017/DG/ANTT, decidiu não incluir as obras no Contrato de Concessão até que haja conclusão definitiva da questão pelo TCU.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Como o Contrato de Concessão prevê as obras de ampliação de capacidade com o objetivo de assegurar a manutenção do nível de serviço estabelecido, bem como os critérios destes investimentos, e o direito da Companhia ao correspondente reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão quando da inclusão de novas obras, a Companhia entende que a não inclusão destas obras de duplicação no Contrato de Concessão acarretaria na inexecução contratual pelo Poder Concedente.

Em linha com o entendimento da Companhia, o Ministério Público Federal (MPF) - Procuradoria da República de Marília (SP), manifestou-se através do Inquérito Civil Público n. 1.34.007.000319/2014-45 com Recomendação n. 05 (PRM-MII-SP-00003316/2017) a ANTT, onde considerou que as objeções jurídicas apresentadas pela SEINFRA-Rodovia/TCU no TC032.829/2016 não encontram amparo na ordem jurídica pátria, consoante doutrina e decisões do TCU.

Neste sentido, a Companhia aguarda o desfecho do processo junto ao TCU, e considera em suas projeções financeiras que o desfecho favorável aconteça em 2018.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 80.230 (R\$220.973 em 31 de dezembro de 2016), sendo que deste montante R\$25.013 (R\$78.833 em 31 de dezembro de 2016) referem-se a partes relacionadas e apresentou prejuízo de R\$ 5.462 (prejuízo de R\$17.352 em 2016). Esses indicadores representam risco à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Em adição ao pleito de reajuste de Tarifa Básica de Pedágio mencionado anteriormente, a Administração da Companhia tem adotado outras ações para sua reestruturação, como:

- Aumento de receita assessória com novos projetos em área de concessão. Desde o início da gestão pela TPI, a Companhia vem passando por reestruturações e otimizações de processos de forma a incrementar sua geração de caixa, e outras medidas vem sendo tomadas no sentido de alavancar o faturamento;
- Parcelamento de tributos em prazos;
- Renegociação com fornecedores e instituições financeiras, com o objetivo de redução de custos e alongamento da dívidas; e
- Integralização de capital social realizada pela sua controladora conforme nota explicativa 15.

A Companhia está também inserida no plano de reestruturação financeira desenvolvido por sua controladora (TPI), composto principalmente por três frentes:

- Alienação de participação acionária da TPI em investidas, para a viabilização de aportes de capital a serem realizados na Companhia e em outras controladas.
- Descontinuidade de ativos e de projetos em desenvolvimento;

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

- Planos de recuperação judicial da Controladora e determinadas controladas, conforme abaixo.

Plano de recuperação extrajudicial da TPI e determinadas controladas

Em 22 de julho de 2017, a TPI e suas controladas Concer, Maestra, NTL, Dable e Vessel (em conjunto denominadas recuperandas) ajuizaram na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de homologação judicial de planos de recuperação extrajudicial nos termos do artigo 163 e seguintes da Lei nº 11.101/05, em caráter de urgência, com base no artigo 122, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76, referendado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de agosto de 2017.

Os planos de recuperação extrajudicial abrangem unicamente os credores financeiros das empresas e não envolvem fornecedores e funcionários. Com esses planos, a TPI e suas controladas buscam equalizar suas dívidas financeiras, a fim de manter sua atividade empresarial.

No dia 9 de fevereiro de 2018 foram homologados os Planos de Recuperação Extrajudicial, conforme sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo.

As homologações consistem no reconhecimento de que foram preenchidos os requisitos legais necessários e que as disposições dos planos tornam-se vinculantes a todos os credores abrangidos, independentemente de terem ou não aderido espontaneamente aos mesmos. Como consequência, os créditos abrangidos serão pagos nas condições reestruturadas previstas em cada um dos Planos.

O leilão reverso consistente na opção B de pagamento dos créditos abrangidos, prevista na cláusula V.3 do Plano de recuperação judicial, será realizado no dia 20 de março de 2018.

Ainda cabem recursos da decisão que homologou os Planos de Recuperação Extrajudicial.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração da Companhia, em conjunto aos acionistas controladores avaliaram a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que os planos de reestruturação financeira da Controladora são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível; provisão para manutenção dos ativos de concessão; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, assim como as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme Instrução CVM nº 475/08.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de março de 2018, para divulgação em 14 de março de 2018.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis -- Continuação

2.2. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- Empréstimos e recebíveis;
- Investimentos mantidos até o vencimento;
- Investimentos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente --

Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro disponível para venda no reconhecimento inicial.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente – Continuação

Desreconhecimento (baixa) -- Continuação

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que a Companhia amortizasse, dos dois o menor.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas e ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente – Continuação

Desreconhecimento (baixa) -- Continuação

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

São classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 – Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.5 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.5 – Intangível -- Continuação

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subseqüentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.6 Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

2.6 Impostos – Continuação

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6 Impostos – Continuação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS – Contribuição para Seguridade Social – Cumulativa	3,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social – Não Cumulativa	7,60%
PIS – Programa de Integração Social - Cumulativa	0,65%
PIS – Programa de Integração Social - Não Cumulativa	1,65%
ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3,00% à 5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

2.7 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Como comentado na nota explicativa 1, a Companhia considera em suas projeções financeiras que o reequilíbrio de contrato de novas duplicações se efetivarão em 2018. Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.8 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisão para manutenção dos ativos de concessão

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos de naturezas tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.10 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se esse ativo (ou esses ativos) não estiver(em) explícito(s) no contrato.

Companhia como arrendatário

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.11 Custo de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.12 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

Listamos, a seguir, os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar tais normas quando estas entrarem em vigor.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)

O IFRS 9 - Financial Instruments foi emitido pelo IASB em 12 de novembro de 2009, com última alteração em 12 de setembro de 2016. Em 04 de novembro de 2016 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o termo de aprovação recomendando a aprovação do CPC 48 – Instrumentos financeiros, norma equivalente ao IFRS 9, pelas entidades reguladoras brasileiras. Em 22 de dezembro de 2016, através da Deliberação CVM Nº 763/2016, a CVM aprovou e tornou obrigatório a aplicação do pronunciamento. A nova norma está em vigor desde 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada, embora facultada pela IFRS, foi vedada pelos entes reguladores do mercado de capitais brasileiro.

O CPC 48 substitui CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, ICPC 06 – Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior e o OCPC 03 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. As principais alterações apresentadas pela nova norma são (i) classificação e mensuração de instrumentos financeiros; (ii) redução ao valor recuperável de ativo financeiro e (iii) contabilização de hedge.

A Companhia realizou uma avaliação do CPC 48 e de seus impactos em cada um de seus instrumentos financeiros, a qual foi concluída ao final de 2017. O resultado deste estudo está apresentado a seguir:

Classificação e mensuração

A Administração da Companhia não identificou alteração na classificação de seus instrumentos financeiros, especialmente dos ativos e, desta forma, não espera impacto na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da nova norma.

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 exige que se registrem perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros a receber, tais como empréstimos e contas a receber de clientes. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes. No entanto, não são esperados ajustes relevantes, tendo em vista que o contas a receber é formado basicamente por valores a receber de empresas operadoras de pedágio, cujo histórico de perdas é praticamente nulo e não apresentam, na data da elaboração da presente demonstração financeira. A Companhia ficará atenta aos indicadores de risco (tal como um evento de solicitação de recuperação judicial, etc.) que levassem a Companhia a constituir uma provisão para perdas. Esses modelos de riscos estão sendo aperfeiçoados pela Companhia para aprimorar o acompanhamento de riscos futuros a fim de identificar antecipadamente eventuais eventos de perdas futura para fins de ajuste da provisão.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentação e divulgação

Na avaliação da Companhia as divulgações sobre gestão de risco relacionadas às aplicações financeiras e contas a receber deverão ser complementados, incluindo, entre outras, a política de monitoramento dos fatores de mercado que possam gerar riscos de crédito à sua carteira.

Adendos emitidos pelo IASB

Em 12 de outubro de 2017 o IASB emitiu um adendo ao IFRS 9, referente ao pré-pagamento com compensação negativa. As alterações deste adendo devem ser aplicadas retrospectivamente para os exercícios fiscais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019. A Companhia não identificou impactos relevantes sobre essa alteração.

IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)

O IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers foi emitido pelo IASB em 28 de maio de 2014, com última alteração em 12 de abril de 2016. Em 04 de novembro de 2016 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o termo de aprovação recomendando a aprovação do CPC 47 – Receita de contrato com cliente, norma equivalente ao IFRS 15, pelas entidades reguladoras brasileiras. Em 22 de dezembro de 2016, através da Deliberação CVM Nº 762/2016, a CVM aprovou e tornou obrigatório a aplicação do pronunciamento. A nova norma está em vigor desde 1º de janeiro de 2018 e substitui todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita. A adoção antecipada, embora facultada pela IFRS, foi vedada pelos entes reguladores do mercado de capitais brasileiro.

O novo pronunciamento estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a nova norma, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia realizou uma avaliação do CPC 47 e de seus impactos em cada uma de suas receitas de forma detalhada, a qual foi concluída ao final de 2017. O resultado deste estudo está apresentado a seguir:

Receitas de pedágio

Receita pela qual a Companhia recebe uma tarifa de pedágio como contraprestação pelo uso da infraestrutura da rodovia, sendo reconhecida no momento da passagem do usuário pela praça de pedágio. Na avaliação da Companhia, não há impacto material na adoção do CPC 47 para esse grupo de contratos.

Receitas de construção

A Companhia executa obras de ampliação e melhoria de infraestrutura da rodovia, nos termos do contrato de concessão, reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras, em contrapartida ao ativo intangível. A contraprestação pela execução de tais obras se dá mediante amortização pela tarifa de pedágio de acordo com a projeção de volume de tráfego estimado ao longo do período de concessão.

A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela concessionária. Consequentemente, de acordo com a CPC 47, a receita desses contratos é reconhecida ao

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

longo do tempo ao invés de ser de forma pontual. É aplicado assim, um método de porcentagem de conclusão, equivalente ao “Método de insumo” apresentado no CPC 47, para mensuração e reconhecimento dos custos e receitas relacionados às obras. A mensuração e reconhecimento pelas normas atuais é equivalente ao das novas normas, portanto, a Companhia concluiu não haver ajustes relevantes a serem reconhecidos em relação às receitas de construção.

Receitas acessórias

A Companhia possui contratos com terceiros pelos quais permite a utilização da infraestrutura da faixa de domínio da rodovia. Tais contratos são pagos de forma antecipada e a contraprestação recebida é registrada como receita diferida, a qual é apropriada ao resultado mensalmente ao longo do prazo do contrato.

A Companhia concluiu que a adoção da CPC 47 não tem efeito na contabilização de tais receitas, pois o modelo atual adotado é similar ao requerido pela nova norma. Entretanto, os montantes previamente divulgados como receita diferida devem ser divulgados, de acordo com o CPC 47, como “Passivos de contrato”, com ampla divulgação sobre as cláusulas de desempenho que precisam ser satisfeitas para o reconhecimento da receita. Considerando tal alteração, a Companhia reclassificará, quando da adoção da nova norma, os valores mantidos à rubrica receita diferida para Passivos de contrato e atentará as divulgações requeridas.

Apresentação e divulgação

A Companhia concluiu que algumas de suas divulgações serão complementadas, no entanto, não serão alterações significativas pela natureza de suas receitas e nível de julgamentos exercido no reconhecimento da receita (há basicamente uma única obrigação de desempenho para cada tipo de receita e a transferência do controle é claramente identificada).

IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)

O IFRS 16 - Leases foi emitido pelo IABS em 13 de janeiro de 2016. Em 06 de outubro de 2017 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o termo de aprovação recomendando a aprovação do CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, norma equivalente ao IFRS 16, pelas entidades reguladoras brasileiras. Em 21 de dezembro de 2017, através da Deliberação CVM Nº 787/2017, a CVM aprovou e tornou obrigatório a aplicação do pronunciamento. A nova norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada, embora facultada pela IFRS, foi vedada pelos entes reguladores do mercado de capitais brasileiro.

A nova norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e requer que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, similar a contabilização de arrendamentos financeiros estabelecida pela CPC 06 (R1) (IAS 17). Há duas isenções previstas na norma relativas ao reconhecimento pelos arrendatários: (i) arrendamentos de ativos de “baixo valor” (Como por exemplo, tablets, notebooks ou móveis de escritório) e arrendamentos de curto prazo (que possuem prazo de arrendamento inferior ou igual a 12 meses).

O CPC 06 (R2) (IFRS 16) exige que os arrendatários façam divulgações mais detalhadas do que as previstas na CPC 06 (R1) (IAS 17). O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia ainda não concluiu seus estudos sobre os impactos da referida norma sobre suas demonstrações financeiras e irá avaliar ao longo do exercício de 2018 o efeito potencial do CPC 06 (R2), (IFRS 16) em suas demonstrações financeiras.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia em 31 de dezembro de 2017, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição de provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento.

Impostos Diferidos

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 33.623 (2016: R\$ 56.898). Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do Grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide nota 13.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para manutenção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A manutenção da rodovia compreende o conjunto de intervenções físicas programadas que a Concessionária deverá realizar com o objetivo de recompor e aprimorar as características

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

técnicas e operacionais das estruturas físicas da concessão dentro de padrões estabelecidos, ou, ainda, prevenir que sejam alcançados níveis indesejados. De modo geral, a manutenção inicia-se após a fase de recuperação da rodovia e desenvolve-se até o final da concessão.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Esta etapa somente se inicia após a conclusão e o aceite da ANTT das obras que compõe a fase de Recuperação da Rodovia.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	36	120
Bancos conta movimento	2.592	1.883
Total	2.628	2.003

5. Aplicações financeiras

Aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco do Brasil, com liquidez diária, sendo remunerada pela variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES, vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 10 - Empréstimos.

6. Contas a receber

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Arrecadação de pedágio	5.368	5.261
Receitas acessórias (i)	15.947	3.672
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (ii)	(4.405)	-
Total	16.910	8.933
Circulante	16.910	5.459
Não circulante	-	3.474
Total	16.910	8.933

(i) Em 2017, após vistoria pela equipe técnica em todo o trecho concedido, a Companhia identificou ocupação na faixa de domínio da BR-153/SP e iniciou tratativas com a empresa ocupante com o objetivo de regularizar o uso da faixa de domínio perante a Agência Reguladora. No processo de regularização, foi identificado que a ocupação teve origem no início da Concessão e poderá continuar até o término da Concessão, razão pela qual, após publicada pela ANTT a autorização para uso da faixa de domínio, ficou pactuado o reconhecimento da receita dos anos anteriores, no montante de R\$10.000, os quais foram recebidos pela Companhia em 2 de fevereiro de 2018. Adicionalmente, a Companhia reconheceu a receita dos serviços prestados referente ao exercício de 2017 no montante de R\$1.383, recebidos em 15 de fevereiro de 2018.

(ii) Em 2017, a Companhia constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$4.405, relativo a contas a receber de receitas acessórias oriundas da cessão do direito de uso de sua infraestrutura (fibra optica). Com exceção ao montante provisionado, a Companhia não apresenta saldos vencidos em 31 de dezembro de 2017.

7. Partes relacionadas

A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com os termos acordados entre as partes.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com outras sociedades que estão sob controle comum de seus acionistas, conforme demonstramos a seguir:

	Nota	Saldo aberto em		Compras em	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Passivo					
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	(i)	23.120	73.223	1.504	-
Maestra Serviços de Engenharia S.A.	(ii)	-	18.732	-	6.039
Construtora Triunfo S.A.	(iii)	1.852	3.984	5.064	6.274
Centro Tec. De Infraestrutura Viária Ltda.	(iv)	41	-	653	-
		25.013	95.939	7.221	12.313
		31/12/2017	31/12/2016		
Circulante		25.013	78.833		
Não circulante		-	17.106		
		25.013	95.939		

- (i) O valor devido à TPI é composto por despesas pagas pela controladora, e que serão reembolsadas pela Companhia no valor de R\$7.875, créditos cedidos pela Maestra Navegações e Logística S/A, conforme nota ii, no valor de R\$14.832 e créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da TPI cedidos à Companhia para adesão aos programas de Parcelamentos da Receita Federal PRT/PERT, conforme nota 13, no valor de R\$413; Durante o exercício de 2017, houve capitalização de mútuo no montante de R\$68.708, conforme nota 15 (a).
- (ii) Referente a valores a pagar oriundos do contrato de prestação de serviço com a Maestra Serviços de Engenharia S.A., pela elaboração de projetos executivos de engenharia. Em 30/06/2017, parte dos direitos creditórios, no valor de R\$14.832, foram transferidas para a TPI;
- (iii) Referente à execução dos serviços de fresagem, recuperação emergencial do pavimento e outros serviços de construção.
- (iv) Referente a valores a pagar oriundos do contrato de prestação de serviço com o Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária Ltda, pela prestação de serviços de engenharia, por meio da avaliação das condições funcionais e estruturais do pavimento e avaliação dos elementos rodoviários de sinalização e de proteção e segurança em atendimento ao estabelecimento no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	31/12/2017			31/12/2016
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Computadores e periféricos	20	2.313	(1.928)	385	512
Máquinas e equipamentos	10	1.662	(461)	1.201	1.153
Móveis e utensílios	10	824	(473)	351	434
Veículos	5	5.660	(4.128)	1.532	1.892
Outros	10 a 20	751	(91)	660	685
		11.210	(7.081)	4.129	4.676

Refere-se a bens não vinculados ao contrato de concessão, portanto, de propriedade da Companhia.

b) Movimentação

	31/12/2016	31/12/2017			31/12/2017
		Adições	Baixas	Transferências	
Custo					
Computadores e periféricos	2.289	28	(4)	-	2.313
Máquinas e equipamentos	1.475	201	(16)	2	1.662
Móveis e utensílios	836	6	(18)	-	824
Veículos	5.265	397	-	(2)	5.660
Outros	741	10	-	-	751
	10.606	642	(38)	-	11.210
Depreciação					
Computadores e periféricos	(1.777)	(152)	1	-	(1.928)
Máquinas e equipamentos	(322)	(152)	13	-	(461)
Móveis e utensílios	(402)	(79)	8	-	(473)
Veículos	(3.373)	(755)	-	-	(4.128)
Outros	(56)	(35)	-	-	(91)
	(5.930)	(1.173)	22	-	(7.081)
Líquido	4.676	(531)	(16)	-	4.129

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado -- Continuação

<u>Custo</u>	31/12/2015	31/12/2016			31/12/2016
		Adições	Baixas	Transferências	
Computadores e periféricos	2.267	107	(32)	(53)	2.289
Máquinas e equipamentos	996	524	(27)	(18)	1.475
Móveis e utensílios	738	115	(2)	(15)	836
Veículos	4.839	532	(115)	9	5.265
Outros	697	133	(87)	(2)	741
	9.537	1.411	(263)	(79)	10.606
<u>Depreciação</u>					
Computadores e periféricos	(1.594)	(172)	-	(11)	(1.777)
Máquinas e equipamentos	(190)	(132)	-	-	(322)
Móveis e utensílios	(322)	(80)	-	-	(402)
Veículos	(2.553)	(2.059)	5	1.234	(3.373)
Outros	(35)	(32)	-	11	(56)
	(4.694)	(2.475)	5	1.234	(5.930)
Líquido	4.843	(1.064)	(258)	1.155	4.676

9. Intangível

a) Composição

	Taxa média de amortização (% a.a.)	31/12/2017		31/12/2016
		Custo	Amortização	Líquido
Recuperação da rodovia (iii)	4,7%	485.762	(80.349)	405.413
Operação da Rodovia (i)/ melhoramentos (ii)	4.7%	74.463	(14.071)	60.392
Intangível em andamento	-	77.636	-	77.636
Obras de infraestrutura a realizar (Nota 26.c)		9.975	-	9.975
		647.836	(94.420)	553.416
				539.992

- (i) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER), por exemplo, implantação dos sistemas operacionais e pela capitalização, em 2015, ao intangível dos serviços de terceiros contratados pela TPI - Triunfo e posteriormente faturados à Companhia referentes à assessoria financeira (modelagem financeira da concessão), consultorias técnicas e análise de engenharia da pavimentação de todo o trecho da concessão no montante de R\$6.165. Gastos estes que foram essenciais para a Administração da Companhia dar sequência à operação e à programação do cronograma de investimentos em CAPEX para o prazo total da concessão.
- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER) e pelos juros capitalizados.
- (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível – Continuação

b) Movimentação

	31/12/2017				31/12/2017
	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	
Custo					
Recuperação da rodovia	468.783	3.251	(109)	13.837	485.762
Operação da Rodovia/melhoramentos	69.910	800	(57)	3.810	74.463
Intangível em andamento	75.604	20.013	(334)	(17.647)	77.636
Infraestrutura a realizar	-	9.975	-	-	9.975
	614.297	34.039	(500)	-	647.836
Amortização					
Recuperação da rodovia	(62.925)	(17.510)	86	-	(80.349)
Operação da Rodovia/melhoramentos	(11.380)	(2.691)	-	-	(14.071)
Intangível em andamento	-	-	-	-	-
	(74.305)	(20.201)	86	-	(94.420)
Líquido	539.992	13.838	(414)	-	553.416

	31/12/2015	31/12/2016			31/12/2016
		Adições	Baixas	Transferências	
Custo					
Recuperação da rodovia	446.793	1.915	-	20.075	468.783
Operação da Rodovia/melhoramentos	63.409	1.686	(22)	4.837	69.910
Intangível em andamento	57.471	42.966	-	(24.833)	75.604
	567.673	46.567	(22)	79	614.297
Amortização					
Recuperação da rodovia	(54.228)	(13.337)	2	4.638	(62.925)
Operação da Rodovia/melhoramentos	(2.689)	(2.819)	-	(5.872)	(11.380)
Intangível em andamento	-	-	-	-	-
	(56.917)	(16.156)	2	(1.234)	(74.305)
Líquido	510.756	30.411	(20)	(1.155)	539.992

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, dessa forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada “Custos dos serviços prestados”, nas demonstrações de resultado. Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível -- Continuação

Custo de empréstimos e financiamentos capitalizados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia capitalizou custos de empréstimo diretamente relacionados com a construção das obras em infraestrutura no montante de R\$ 6.680 (R\$ 8.174 em 31 de dezembro de 2016). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo elegíveis de capitalização foi de 10,19% a.a., que representa a taxa efetiva de juros dos empréstimos no período.

10. Empréstimos e financiamentos

Tipo de operação	Taxa de juros (% a.a.)	Indexador	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Finem - BNDES (i)	2,91%	TJLP	2028	170.365	186.269
Finame – BNDES	2,50%	TJLP	2017	-	6
Finame – VW	13,25%	-	2020	210	-
Leasing – VW	21,20%	-	2016 - 2019	167	366
Leasing – Safra	16,77%	-	2015 - 2018	187	617
Leasing – HP	20,67%	-	2016 - 2019	390	728
CCB (ii)	5,8%	CDI	2019	16.967	25.167
CCB (iii)	3%	CDI	2021	15.445	82.888
CCB	24,78%	-	2019	68	-
Total				203.799	296.041
Circulante				35.216	113.379
Não circulante				168.583	182.662

- (i) Em 14 de maio de 2010, a Companhia firmou em conjunto com o BNDES contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$272.231. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,91% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.
- (ii) Em 28 de janeiro de 2016, a Companhia firmou em conjunto com a ABC contrato de capital de giro no valor total de R\$24.998. Sobre o principal da dívida incidem juros cdi + 5,8% a.a., com exigibilidade trimestral e com vencimento final em 28 de janeiro de 2019.
- (iii) Em 30 de junho de 2016, a Companhia firmou em conjunto com o BTG Pactual contrato de Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) no valor total de R\$ 75.031. Sobre o principal da dívida incidem juros de 7% a.a. mais CDI, com vencimento original para 01 de fevereiro de 2017. Em 28 de dezembro de 2017 foi liquidado o valor de R\$ 82.000. Após a liquidação o saldo remanescente foi renegociado com o vencimento original para o dia 28/12/2021 e a taxa 3,00% a.a. A Controladora da Companhia é avalista deste contrato.

Garantias

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios no valor de R\$ 8.389 (Nota Explicativa nº 5);
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do contrato de concessão;

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- Caução da totalidade das ações emitidas pela Concessionária.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia estava em cumprimento com os covenants estabelecidos nos contratos de empréstimos.

Os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2017, possuem taxa média ponderada de 10,19% a.a.

Os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Vencimento</u>	<u>R\$</u>
2019	28.229
2020	27.267
2021	30.056
2022	27.321
2023 – 2028	55.710
	168.583

11. Fornecedores

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecedores diversos	16.788	18.399
Retenções (i)	9.729	13.525
	26.517	31.924

- (i) A Companhia adota como procedimento realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Esses percentuais e prazos de retenção são determinados por meio dos contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

12. Provisão para manutenção

A movimentação da provisão de manutenção durante o período é como segue:

<u>Resumo da movimentação</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial	1.484	10.372
Adições	303	7.405
Reversões (i)	-	(16.293)
Saldo final	1.787	1.484

- (i) Em dezembro de 2016 a Companhia foi notificada pela ANTT informando que a fase de recuperação das rodovias referente aos trechos do km 0 ao km 51,5, km 54,3 ao km 230,2 e km 250 ao km 347,7 não foi aceita pelo poder concedente como concluída, devido às mesmas não atenderem aos padrões estabelecidos pelo PER (Programa de Exploração Rodoviária) e portanto, novos investimentos de recuperação inicial devem ser realizados para recompor e aprimorar as características técnicas e operacionais das estruturas físicas da concessão dentro dos padrões estabelecidos. Deste modo, a Companhia fez uma nova estimativa da provisão de manutenção, retirando os trechos considerados como não concluídos pela ANTT do escopo da provisão, ocasionando uma reversão no montante de R\$ 16.293.

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Período</u>	<u>R\$</u>
2019	885
2020	902
	<u>1.787</u>

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia tem reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente às despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, líquido dos saldos de prejuízos fiscais e base negativa, conforme demonstrado:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	11.433	19.345
Provisões	2.593	816
	<u>14.026</u>	<u>20.161</u>
Passivo		
Intangíveis - efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(11.490)	(12.246)
Outros	(305)	(453)
	<u>(11.795)</u>	<u>(12.699)</u>
	<u>2.231</u>	<u>7.462</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía base de créditos tributários a compensar sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$33.623. A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, encontra-se abaixo demonstrada:

<u>Ano</u>	<u>R\$</u>
2018	3.082
2019	2.862
2020	2.450
2021	2.366
2022 – 2028	673
Total	<u>11.433</u>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(8.399)	(26.197)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Despesas com imposto à alíquota nominal	2.856	8.907
(+) Adições permanentes	(195)	(69)
(+) Outros	276	7
	2.937	8.845
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.937	8.845
(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado	2.937	8.845
Alíquota efetiva	35%	34%

c) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11.948	(13.331)	(1.383)
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	(2.964)	632	(2.332)
Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado no período	11.177	-	11.177
Saldo em 31 de dezembro de 2016	20.161	(12.699)	7.462
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	1.776	904	2.680
Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do período	256	-	256
Efeito tributário sobre o benefício fiscal referente a utilização do prejuízo fiscal PRT/PERT (i)	(8.167)	-	(8.167)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	14.026	(11.795)	2.231

- (i) A Companhia aderiu aos programas de benefício fiscal PRT (Programa de Regularização Tributária) e PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) administrados pela Receita Federal do Brasil. Em resultado, a Companhia obteve perdão de multa e juros no valor de R\$ 732, contabilizados na linha de resultado financeiro, líquido. Para liquidação de parte dos débitos tributários, a Companhia utilizou créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, sendo R\$ 8.167 de créditos próprios e R\$ 413 de créditos cedidos pela Controladora (TPI), conforme nota (i) da Nota 07 – Partes Relacionadas.

14. Provisão para demandas judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão (é realizado a provisão de 100% dos processos com probabilidade de perdas provável) para demandas judiciais.

Em 31 de dezembro de 2017, está provisionado o montante de R\$ 1.436 (R\$915 em 31 de dezembro de 2016), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2017	596	319	915
Adições	1.880	264	2.144
Pagamento	(751)	(42)	(793)
Reversões	(663)	(167)	(830)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	1.062	374	1.436

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda é possível, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, essas ações totalizam R\$ 22.549 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 18.263 em 31 de dezembro de 2016).

	31/12/2017		31/12/2016	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	87	18.391	93	13.719
Trabalhistas	83	4.158	77	4.544
Total	170	22.549	170	18.263

Processos administrativos: A Companhia é parte de processos administrativos em andamento junto a ANTT que, na avaliação de seus advogados externos, possuem probabilidade de perda possível e em caso de perda representariam desembolso de R\$8.494.

A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade civil com o valor máximo de indenização de R\$10.000 (Nota Explicativa nº 22).

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Companhia era de R\$ 207.090, (R\$ 124.621 em 31 de dezembro de 2016) totalmente integralizado, representado por 314.625.978 (232.157.107 em dezembro de 2016) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pertencentes à BRVias Holding TBR S.A. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 210.000.

Em 29 de dezembro de 2017, foram emitidas 82.468.871 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal que foram integralizadas pela BRVias Holding TBR S/A. O aumento de capital no montante de R\$82.469 foi composto por R\$68.708 com saldo de passivo com partes relacionadas (Nota explicativa 7, item i) e R\$13.760 com saldo de adiantamentos para aumento de capital realizados em exercícios anteriores.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o acionista controlador da Companhia realizou adiantamentos em dinheiro à Companhia a título de futuro aumento de capital no montante de R\$113.754, com previsão se ser convertido em Capital Social no início do próximo exercício.

16. Receita operacional líquida

A seguir a composição da receita operacional líquida:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita de pedágios	111.924	103.408
Receitas acessórias (i)	13.990	2.487
Receita de construção - ativos da concessão	16.738	37.816
Tributos incidentes	(11.518)	(9.015)
	131.134	134.696

(i) Composto por receitas acessórias referente a ocupação na faixa de domínio, bem como cessão do direito de uso da infraestrutura da rodovia. Vide nota 6, item i e ii para maiores detalhes.

17. Gastos por natureza

A seguir a composição das despesas por natureza:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<i>Custo operacional</i>		
Custo de contrato concessão	5.205	4.641
Provisão de manutenção	142	(5.017)
Custo de construção	16.738	37.816
Depreciação e amortização	20.201	18.463
Serviços de terceiros	10.804	11.648
Custo com pessoal	13.624	13.396
Outros	9.045	7.862
	75.759	88.809
<i>Despesas administrativas</i>		
Custo com pessoal	9.764	8.686
Serviços de terceiros	3.991	4.487
Depreciação e amortização	1.173	168
Material, equipamentos e veículos	608	1.298
Outros	8.032	3.095
	23.568	17.734

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 foram:

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	829	855
Outros	-	81
Total receitas financeiras	829	936
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(34.124)	(48.269)
Outras	(6.911)	(7.017)
Total despesas financeiras	(41.035)	(55.286)
Resultado financeiro líquido	(40.206)	(54.350)

19. Resultado por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis nesse período.

O resultado diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Memória de cálculo do resultado por ação

Exercício findo em	Resultado do Exercício	Quantidade ponderada de ações	Resultado por ação básico e diluído - R\$ - expresso em reais
31/12/2016	(17.352)	232.157.107	(0,07474)
31/12/2017	(5.462)	314.625.978	(0,01736)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 não ocorreram transações com ações ordinárias potenciais diluidoras que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros equivalem aos seus respectivos valores contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

b) Mensuração do valor justo

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, e seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2017.

c) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

ii) *Risco de liquidez*

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento dos riscos financeiros -- Continuação

ii) *Risco de liquidez -- Continuação*

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

iii) *Cronograma de amortização da dívida*

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

	Menos de 3 Meses	De 04 a 12 meses	Mais de 12 Meses	Total
Empréstimos e financiamentos	8.433	26.783	168.509	203.725
Fornecedores e outras contas a pagar	7.631	22.892	10.072	40.594
Total	16.064	49.675	178.581	244.319

iv) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2017 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente, não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia também não tem ações negociadas em mercado.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

c) Gerenciamento dos riscos financeiros

iv) *Risco de mercado*

Perfil

Na data das informações contábeis intermediárias, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia era:

	Valor contábil	
	31/12/2017	31/12/2016
Instrumentos de taxa pré-fixada		
Empréstimos e financiamentos	744	1.711

	Risco	Valor contábil	
		2017	2016
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	CDI	32.412	108.055
Empréstimos e financiamentos	TJLP	170.365	186.275

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento dos riscos financeiros – Continuação

iv) *Risco de Mercado -- Continuação*

Análise de sensibilidade

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a essa variável são apresentadas a seguir:

i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros CDI e TJLP.

ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I), adotamos a taxa de juros CDI e TJLP de acordo com as informações obtidas na CETIP e BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em 31 de dezembro de 2017.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros CDI e TJLP, foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa do CDI e TJLP é apresentada a seguir:

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento dos riscos financeiros

iv) *Risco de mercado*

Análise de sensibilidade

iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros--Continuação

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/12/2017	Risco	Taxa de juros efetiva	Cenários					
				Provável (I)		Aumento do índice em 25% (II)		Aumento do índice em 50% (III)	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Empréstimos e financiamentos	32.412	Aumento CDI	6,89	6,89	2.233	8,61	2.791	10,34	3.350
Empréstimos e financiamentos	170.365	Aumento TJLP	7,0	7,0	11.926	8,75	14.907	10,50	17.888

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, pois entende que o risco atrelado a essas aplicações não são materiais nas informações financeiras em 30 de dezembro de 2017.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

iv) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento dos riscos financeiros

iv) *Risco de mercado*

Análise de sensibilidade

iv) Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de rating. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Cobertura de seguros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017, estavam contratados os seguros demonstrados a seguir, tendo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) como favorecida:

Modalidade	Vigência	Cobertura - R\$
Responsabilidade civil	Maio/2017 a maio/2018	10.000
Engenharia	Maio/2017 a maio/2018	20.800
Engenharia	Maio/2017 a janeiro/2019	25.384
Engenharia	Dezembro/2017 a maio/2018	4.113
Operacionais	Maio/2017 a maio/2018	24.000
Garantia	Fevereiro/2017 a fevereiro/2018	62.675

Em virtude da aquisição de veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

22. Benefícios a empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: assistência médica, assistência odontológica, auxílio creche, auxílio funeral, seguro de vida, vale-refeição, vale-transporte e vale-alimentação.

Não é política da Companhia conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

Em 06 de janeiro de 2012 a Controladora firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

A Transbrasiliana aderiu ao Plano de previdência em julho de 2016, sendo que as contribuições da Companhia e dos funcionários no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, totalizaram R\$ 162 e R\$ 201, respectivamente.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Remuneração diretores

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores em 31 de dezembro de 2017 e período 2016:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Salário	-	-
Pró-labore	1.457	1.746
Encargos sociais	437	579
Benefícios diretos e indiretos	148	141
Participação nos resultados	729	573
Total	2.771	3.039

24. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais e diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

25. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da Rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Importante ressaltar, que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros conforme apresentado na Nota Explicativa nº 21.

26. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a) Decorrente da verba de fiscalização

Refere-se à verba de fiscalização recolhida à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ao longo de todo o prazo da concessão, com o objetivo de cobrir as despesas de fiscalização da concessão. O valor do pagamento anual é de R\$3.287, dividido em 12 parcelas iguais e mensais e o valor é corrigido com base no mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio. Esses compromissos, com base nas estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2017, estão assim distribuídos:

Data	Valor nominal
2018	3.287

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2019	3.287
2020 a 2032	39.439

Não existem verbas variáveis adicionais a serem pagas à ANTT.

b) Investimentos - PER (Programa de Exploração da Rodovia)

De acordo com o Programa Nacional de Concessão de Rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão, sendo que a previsão, em 31 de dezembro de 2017, dos gastos a serem realizados até o prazo final da concessão totaliza R\$350.887, demonstrados conforme abertura abaixo:

Ano	Valor
2018	75.023
2019	12.157
2020	40.716
2021	10.892
2022	28.023
2023 até 2033	184.076
	<u>350.887</u>

c) Termo de Acordo de Conduta (TAC)

A Companhia firmou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com a ANTT, nos termos em que prevê a Resolução ANTT nº 4.071/2013, visando medidas de compensação de penalidades verificadas no âmbito de Processos Administrativos Simplificados (PAS) no valor de R\$ 31.597 em obras ou serviços voltados à melhoria da rodovia.

Do montante total de investimento em obras previstas no TAC, a Companhia realizou a compensação tarifária no valor de R\$6.159 na 9ª Revisão Ordinária ocorrida em 18 de dezembro de 2016.

26. Compromissos vinculados a contratos de concessão -- Continuação

Conforme Ofício nº 394/2017/GEINV/SUINF/ANTT da ANTT, concluiu-se que na 10ª Revisão Ordinária realizada em 23/12/2017, o valor de R\$15.247 foi aplicado para compensação tarifária. Finalmente, resta a obrigação da Companhia pela execução da obra do dispositivo da Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO) no Km 339, e a melhoria do acesso no km 150 + 900 metros, estimados em R\$ 9.975 pela Companhia. A Companhia cumpriu com as entregas previstas dos projetos executivos das obras do TAC e recebeu a não objeção para execução da obra do dispositivo da FIO no Km 339 e aguarda a aprovação do projeto executivo da melhoria do acesso do km 150 + 900 metros, de modo que encontra-se adimplente com o referido TAC.